

HENRIETTE FERREIRA GOMES
HILDENISE FERREIRA NOVO
Organizadoras

INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria do Carmo Soares de Freitas

APOIO:



HENRIETTE FERREIRA GOMES
HILDENISE FERREIRA NOVO

Organizadoras

INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL



SALVADOR
EDUFBA
2017

2017, Autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e Projeto Gráfico Gabriel Cayres

Revisão Mariana Rios Amaral de Oliveira

Normalização Sandra Batista

Sistema de bibliotecas UFBA

I43 Informação e protagonismo social / Henriette Ferreira Gomes; Hildenise Ferreira Novo et al., organizadoras. – Salvador: EDUFBA, 2017.

194 p. il.

ISBN 978-85-232-1617-7

1. Informação. 2. Mediação da informação. 3. Cultura. 4. Ação cultural. I. Henriette Ferreira Gomes. II. Hildenise Ferreira Novo. III. Título.

CDU 007.301.153

CDD 003.54

Editora afiliada à



ASOCIACION DE EDITORIALES
UNIVERSITARIAS DE AMÉRICA
LATINA Y EL CARIBE



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Câmara Bahiana do Livro

Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo

s/n – Campus de Ondina

40170-115 – Salvador – Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

Fax: +55 71 3283-6160

www.edufba.ufba.br

edufba@ufba.br

Ação cultural, protagonismo social e o lugar dos arquivos

77

LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

Em nosso texto, pretendemos analisar questões que tratam do lugar que os arquivos ocupam na sociedade, sua importância para a cultura e para o pleno exercício da cidadania. Nossa abordagem concentra a discussão no cenário das instituições arquivísticas públicas, ou seja, os arquivos municipais, estaduais e nacionais, pois são as instituições públicas que têm entre suas principais funções a preservação e o acesso aos documentos do Estado ou de relevância para a sociedade.

Historicamente, os arquivos ocupam um lugar estranhamente ambíguo. Desde a Antiguidade, são instituições intrinsecamente ligadas aos governos, mas essa relação, por sua vez, não assegurou o seu reconhecimento pela sociedade. Podemos dizer que são, ainda hoje, estranhos ao cidadão comum.

Tradicionalmente, os arquivos sempre foram identificados pelos governos como lugar de manutenção de informações de seu interesse.

Duranti, em seu artigo “Archives as a place”, descreve a trajetória dos arquivos e de sua relação com o Estado e como o lugar que ocupam é um lugar de autoridade, justamente por essa relação ser tão direta. Na Revolução Francesa, os documentos que não foram eliminados deixaram de ser acessíveis apenas aos pertencentes às classes mais abastadas, à Igreja, à realeza e aos notários. Mas essa nova ideia não assegurou que se tornassem um espaço para todos, como já salientou Lowenthal (2006).

É também importante reconhecer que, mesmo com a Revolução e seus princípios, o acesso aos documentos continuou a ser restrito, uma vez que os arquivos tinham como principal função a preservação dos documentos de propriedades e de relações comerciais, além dos papéis oficiais de interesse do Estado. Os membros menos abastados da sociedade, que viviam à margem da sociedade, também viviam à margem dos arquivos.

Mas a Revolução Francesa e a ideia de que o Estado deveria preservar o patrimônio que é do povo influenciou os países ocidentais. Nougaret (2006, p. 2, tradução nossa) explica a mudança do conceito de patrimônio do século XIX ao século XX:

O termo patrimônio designando herança cultural comum a ser conservado, mantido em bom estado, e transmitido, nasce no século XIX a partir dos monumentos e obras de arte que simbolizam a administração de monumentos históricos, confiando ao Estado a função de cadastrar, conservar e restaurar os monumentos que expressam os valores gerais de civilização. É no século XX que a noção de patrimônio se ampliará e passa a incluir a esfera do privado.

Em linhas gerais, o que é considerado patrimônio arquivístico produzido pela sociedade insere-se no conjunto maior identificado como patrimônio histórico ou cultural. Portanto, podemos dizer que é um elemento de constituição de identidade e faz parte da memória.

Porém, o olhar sobre o quadro geral não deveria ser tão simplificado. Para elaborar a devida análise do lugar do arquivo na sociedade, sugerimos o reconhecimento de alguns processos que julgamos mais relevantes para a discussão:

- a) produção de um arquivo – e em nosso trabalho, utilizaremos o conceito ampliado do termo “arquivo”: um conjunto de documentos produzido, recebido e acumulado por uma pessoa, família, entidade jurídica ao longo de sua trajetória e que represente suas funções sociais;

- b) institucionalização de um arquivo – entendido para fins desta discussão como o processo de ingresso desses conjuntos de documentos em uma instituição arquivística ou com a missão de preservação e acesso;
- c) os diferentes usos e usuários dos arquivos.

Esses processos serão os três pilares de nossa reflexão.

A PRODUÇÃO DE UM ARQUIVO

A necessidade de entender, processar e controlar os documentos remonta à própria escrita e sua história e à divulgação da informação. A professora Gagnon-Arguin (1998, p. 31) afirma que, apesar da história dos arquivos ter se iniciado no Oriente, é nos países ocidentais que os seus usos administrativos que marcam ainda os seus usos contemporâneos ganharam força. Na Idade Média, a necessidade de manutenção ou afirmação de poder propiciou uma organização administrativa mais sistemática e o documento ganhou uma importância jurídica que permaneceu até os dias atuais. Após a Revolução Francesa, o cenário mudou com a perspectiva do acesso aos documentos pelo povo.

O século XIX, com o desenvolvimento do nacionalismo, atribui ao documento um valor de testemunho, já não num sentido jurídico mas para reconstituir a história. No século XX, assistir-se-á ao aumento da quantidade da informação, a sua acessibilidade, a sua valorização e também a um movimento de racionalização da sua utilização. (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 31).

Não pretendemos exaurir, neste trabalho, a análise dos processos históricos, mas sim chamar atenção para o fato de que a sua compreensão permite o alargamento do entendimento da questão dialética que persiste na gênese do documento de arquivo em relação à sua funcionalidade e usos e os papéis que ocupa socialmente. Nesse sentido, parece-nos essencial analisar a gênese da elaboração de um documento de arquivo para que não naturalizemos o distanciamento ou a aproximação entre os arquivos e a sociedade e a relação ambivalente que reside no reconhecimento dos arquivos como patrimônio e como essencial para a memória e para o pleno exercício de cidadania.

Segundo Duranti (2005, p. 7), “Documento arquivístico é qualquer documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade.”

O *Multilingual Archival Terminology* (2015), publicação eletrônica que divulga a terminologia utilizada na arquivologia elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos, conceitua “documento arquivístico” como “Documento elaborado ou recebido, no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência”.

Para o teórico Thomassen (2006, p. 6), “Documentos arquivísticos têm em comum o fato que eles estão vinculados ao processo pelos quais foram gerados.” O professor ainda ressalta que estão estruturados em um processo de trabalho. Entende-se “processo de trabalho” como:

A cadeia de atividades coerentes, com um início e um fim, e direcionadas a um objetivo específico. Acima de tudo, este objetivo é a razão para a existência, ou a missão, do produtor dos documentos; é também o que estabelece vínculos entre os processos de trabalho, os quais tornam os arquivos um todo coerente. (THOMASSEN, 2006, p. 6).

Percebemos que a própria conceituação de documento de arquivo ou documento arquivístico o coloca em um “não lugar” no entendimento do que é considerado patrimônio e parte da memória da sociedade. Documentos de arquivo são produzidos para dar cumprimento a uma atividade e estão ligados às razões que justificam sua produção, ou seja, sem nenhum comprometimento prévio com o legado. Os documentos de arquivo são gerados e mantidos por seu produtor (o responsável pela criação de um arquivo; o seu próprio) para atender às suas necessidades cotidianas de comprovar, de lembrar, de se relacionar, enfim, de exercer o seu lugar na sociedade.

Assim, a gênese do documento de arquivo – consequentemente, dos próprios arquivos em si – coloca em xeque o possível reconhecimento dos arquivos como legado. Este é, em outro processo, externo à produção do arquivo. Essa “sacralização” que se dá em momento posterior à produção do documento e do arquivo do qual faz parte ocorre a partir de resultados das ações dos especialistas que estabelecem, com base em critérios técnicos, científicos e legais, aquilo que deve ser preservado, por quanto tempo, de qual forma ou formas e para quê. Contudo, se essa construção do legado extrapola os ambientes organizacionais privados, os ambientes de trabalho das instituições públicas ou mesmo a vida pessoal, a sociedade ou

um de seus segmentos se envolve no processo. Isso se concretiza por meio de um processo específico de identificação ou de representação, em que a relevância de um conjunto de documentos arquivísticos é identificada e, a partir daí, faz-se necessária a sua institucionalização em um arquivo público, para que se assegure a sua preservação e o seu acesso por todos os indivíduos da sociedade.

“Quase todos os arquivos são produto de uma cultura nacional e de sistemas nacionais. Essa é a função da linguagem, tradição e história.” (BLOUIN JUNIOR, 2015, p. 106, tradução nossa). A preservação dos acervos que registram a memória coletiva está diretamente relacionada ao direito de todos de conhecer a história de seu país e de pertencer a um segmento ou setor da sociedade.

Thomassen (2006) analisa os arquivos e suas funções em relação à memória. Para o autor,

[Os arquivos] funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtores de documentos públicos quanto privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar a sua própria história. É importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos, e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo. (THOMASSEN, 2006, p. 6).

O documento de arquivo e os arquivos são produzidos em microambientes que refletem a relação do produtor com a sociedade e que interagem com outros microambientes e com a sociedade de formas mais amplas. São produto da sociedade e também a representação de seus segmentos. Refletem as diferentes relações dos indivíduos em um coletivo e, igualmente, da sociedade organizada com a sociedade como um todo. Consistem na memória individual e na coletiva, e, ao serem reconhecidos como legado, entende-se que foram reconhecidos como parte da memória coletiva. Essas memórias e as relações que preservam estão inseridas em um contexto histórico, social e cultural, assim como todas as ações que determinam a sua preservação, acesso e transmissão.

Blouin Junior e Rosenberg (2011) analisam a imprecisão do conceito de memória social e a reconhecem como um produto sociocultural. Além disso, os autores problematizam a memória social e os arquivos.

Como a memória social é, na melhor das hipóteses, somente o produto do passado registrado de uma forma imperfeita, e, não obstante, reflete as maneiras que os coletivos sociais assumem (ou são dados) qualidades antropomórficas nas formas em que são representados, suas qualidades essenciais não são arquivisticamente verificáveis. (BLOUIN JUNIOR; ROSENBERG, p. 112, tradução nossa).

82

A construção da memória social envolve a reunião de práticas, de artefatos e de símbolos. Nos arquivos, estará preservada parte dos produtos de memória e dos processos que dão origem aos documentos. Afinal, “[...] arquivos são formados e desenvolvidos por razões que têm muito pouco ou quase nada a ver com usos e formas da memória social”. (BLOUIN JUNIOR; ROSENBERG, 2011, p. 114-115, tradução nossa) Nem tudo será preservado e nem tudo será, portanto, acessado.

Os processos internos que ocorrem no ambiente do produtor determinam o que irá refletir a sua trajetória e a sua memória, além do que é importante preservar devido aos interesses jurídico e probatório. Quando ocorre a passagem do arquivo do produtor para seus herdeiros ou sucessores, outros processos podem ser deflagrados e interferir no conjunto documental. Assim, em muitas ocasiões, quando o processo se externaliza para a discussão da preservação do arquivo devido ao seu significado para a sociedade ou para um de seus segmentos, já estamos diante de apenas uma parte do que um dia foi o conjunto documental. Reconhecer e identificar as intervenções que ocorreram no ambiente do produtor e no decorrer da passagem ou passagens de custódia apresenta-se como uma possibilidade de explicação, mesmo que parcial, sobre o que será preservado e lembrado e o que não foi mantido e, portanto, será esquecido.

Poderíamos resumir que, por essa perspectiva, os arquivos são produzidos para atender aos seus produtores, para registrar suas relações com a sociedade e as suas memórias e sem compromisso por princípio com a posteridade. Mas, como são produtos da sociedade, ela precisa deles para manter e transmitir parte de seu legado e de sua memória.

SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Apesar de não ser o foco de nossa reflexão, é importante, mesmo que rapidamente, mencionarmos um papel socialmente crucial das instituições com a missão de preservar acervos arquivísticos: o de assegurar a autenticidade dos documentos. A passagem da custódia de um arquivo do

ambiente do produtor para outro ambiente com autoridade jurídica própria significa a garantia de que os documentos continuarão a ser o que se propuseram a ser no ato de sua elaboração e que são genuínos.

Da antiguidade ao século 18 a elaboração de documentos no decurso dos negócios era altamente controlada. O grau de confiabilidade dos documentos era baseado em três fatores: (i) o grau de controle exercido no procedimento de elaboração, (ii) o grau de controle exercido sobre os autores, e (iii) o grau de completude do documento em si. Entretanto, para se criar documentos confiáveis, esses fatores não eram suficientes se quisessem utilizá-los posteriormente como prova. Era necessário que uma autoridade diferente daquela que os criou os reconhecessem como sendo o que pretendiam ser e aceitá-los em custódia. Essas ações de reconhecimento e aceitação para custódia representam uma declaração de autenticidade. (DURANTI, 1996, p. 247, tradução nossa).

83

Os documentos de arquivo, mesmo quando reconhecidos como parte da memória social, não perdem seus atributos e, nessa circunstância de artefato de memória, continuam a cumprir a sua função precípua de representar a atividade ou função razão de sua produção.

Como já discutimos, a sociedade ou seus segmentos identificam em determinados registros um viés para a possibilidade de identificação e de transmissão de sua cultura, história e de suas referências.

Os arquivos dispersos, desconhecidos e não preservados são esquecidos. A partir desse reconhecimento por parte da sociedade, documentos produzidos em ambientes de organizações, de agências governamentais, de famílias e de indivíduos deixam a obscuridade da restrição do ambiente do produtor ou de seus sucessores e herdeiros e se institucionalizam.

Os arquivos nacionais têm uma função essencial na preservação dos arquivos. Tradicionalmente, foram criados para assegurar a preservação dos documentos oficiais produzidos pelo governo e documentos privados de importância histórica. Embora os países com certa tradição na arquivologia tenham sido criados no Século XIX, chamamos atenção para duas exceções: França (Século XVIII) e Estados Unidos (Século XX), conforme o quadro abaixo:

QUADRO 1 – PERÍODO E OBJETIVOS DE CRIAÇÃO DOS ARQUIVOS NACIONAIS¹

País	Data de criação	Objetivo central
Canadá	1872	Documentos históricos de importância nacional ²
Espanha	1866	Preservação de documentos de grande valor para a história da Espanha ³
Estados Unidos	1934	Preservação de documentos do governo dos Estados Unidos ⁴
França	1790	Conservar e dar acesso aos arquivos administrativos centrais do Estado, documentos notariais de Paris e fundos privados de interesse nacional ⁵
Holanda	1802	Custodiar não só os arquivos do governo nacional, mas também os arquivos de algumas organizações sociais e de indivíduos de importância nacional ⁶
Itália	1875	Proteger e conservar os arquivos do período anterior à unificação dos estados e do órgão central e periféricos do novo Estado italiano ⁷

Fonte: elaborado pela autora.

84

Eric Ketelaar (2002), em seu artigo “Archival Temples, Archival prisons: modes of power and protection”, discute o poder dos arquivos, sua relação com a sociedade e o poder dos arquivistas. Para o autor, “[...] os documentos de arquivo podem ser instrumentos de poder, mas, paradoxalmente, os mesmos documentos podem também ser instrumentos de empoderamento e de liberação, salvação e liberdade”. (KETELAAR, 2002, p. 229, tradução nossa) Tais possibilidades são decorrentes de um dos principais atributos dos documentos de arquivos: sua autenticidade.⁸ Na medi-

1 As informações do quadro foram traduzidas pela autora.

2 Disponível em: <<http://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/national-archives-of-canada/>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

3 Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00007533523c486877891>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

4 Disponível em: <<https://www.archives.gov/about/history/>>. Acesso em: 3 de nov. 2015.

5 Disponível em: <<http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr/web/guest/histoire-de-l-institution;jsessionid=7F9A8E420174A088479242E7736D6442>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

6 Disponível em: <<http://en.nationaalarchief.nl/organisation>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

7 Disponível em: <<http://www.archivi.beniculturali.it/index.php/chi-siamo/la-nostra-storia>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

8 O dicionário do projeto InterPares define “documento arquivístico autêntico” como “[...] aquele que é o que pretende ser e que está livre de adulteração ou corrupção”. (THE INTERPARES..., 2015, tradução nossa)

da em que são a representação exata do ato e da ação que lhes dão origem, também são documentos confiáveis que, em sua estabilidade, permitem um uso diversificado das informações que guardam.

A dinâmica do reconhecimento e do ingresso em instituições com a missão social de preservar o que foi identificado como parte da memória coletiva implica também na deflagração de processos específicos, técnicos e políticos. Em primeiro lugar, chamamos atenção para o processo de identificação em si, que pode envolver diferentes agentes: o próprio corpo técnico da instituição arquivística, a partir da oportunidade de crescimento do acervo da instituição e da aderência de acervos ao projeto institucional ou ao cumprimento de dispositivos legais; os pares do produtor do arquivo, ou seus herdeiros ou sucessores. Esses agentes podem agir de forma individualizada ou se articular.

O ingresso em uma instituição arquivística de acervo impõe o cumprimento de uma série de rotinas burocráticas e legais que pressupõe a acomodação de interesses das diferentes partes e da sociedade como um todo, especialmente em relação ao acesso. Uma vez sob custódia das instituições arquivísticas, os arquivos ganham a perspectiva de visibilidade e de acesso democratizado. No entanto, muito ainda há para ser feito para que, de fato, os arquivos sejam do povo e para o povo.

O ingresso dos arquivos nas instituições demonstra que o Estado assumiu o seu papel de guardião de parte da memória nacional. Os documentos serão preservados. Aqui, caberia uma análise das condições reais em termos de infraestrutura dessas instituições e de sua capacidade instalada para cumprir com o seu papel efetivo e simbólico em relação à memória coletiva. Mas não vamos nos ater a essas questões.

Preservar esses materiais é um campo politicamente e academicamente minado. Como amálgama de nosso passado, a herança deveria ser idealmente compartilhada pela humanidade. Mas esse preceito global é um pouco mais do que um serviço que não é real [...] (LOWENTHAL, 2006, p. 200, tradução nossa).

Ressaltamos que a sociedade e o Estado reconhecem, nessas instituições, a autoridade técnica e política para manter o legado e transmiti-lo. E, dessa forma, essas instituições assumem um compromisso com a sociedade de manter a memória de todos protegida, em boas condições e acessível. É um compromisso simbólico de garantia da cidadania plena, ou seja, de oferecer ao cidadão um lugar onde possa exercer seus direitos civis, políticos e sociais de forma igualitária.

As instituições, para que possam cumprir a sua função social de dar acesso, devem produzir os mecanismos que permitam aos cidadãos identificar quais documentos têm interesse em acessar. E é somente produzindo instrumentos de pesquisa que de fato reflitam o que está disponível para ser pesquisado e conhecido que o fenômeno do acesso poderá ocorrer. Mas a elaboração dos instrumentos de pesquisa pressupõe o desenvolvimento de duas funções arquivísticas: o arranjo e a descrição.

O arranjo, em linhas gerais, possibilita o reconhecimento de uma ordem original dos documentos, a acurada identificação do produtor, de suas funções e papéis na sociedade e a representação dos vínculos arquivísticos. E, da descrição, resulta a produção de conhecimento sobre o arquivo, sendo um de seus produtos os instrumentos de pesquisa. Entendemos que

86

[descrição arquivística] é uma representação formulada pelo arquivista. Conforme observado, sua formulação envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. Um elemento fundamental para essa compreensão é o contexto arquivístico. (OLIVEIRA, 2012, p. 44).

Na descrição, consideramos as diferentes dimensões da produção do arquivo: uma micro – circunscrita às pessoas, instituições e eventos relacionados diretamente à linha de vida do produtor, identificada na documentação – e uma macro, que é a sociedade em si, inserida em um determinado período histórico, sob influências culturais, políticas e sociais. Essa percepção permite o enriquecimento da descrição arquivística como processo e resulta na elaboração de instrumentos de pesquisa que ofereçam melhores soluções para a ampliação da visibilidade e o uso dos arquivos.

James O’Toole e Richard Cox, no livro *Understanding Archives & Manuscripts*, publicado em 2006, afirmam que a forma como arquivista vê os arquivos é completamente diferente daquela dos produtores e os usuários. Estes últimos compartilham a ideia de que “[...] os documentos são simplesmente meios para um objetivo imediato”. (O’TOOLE; COX, p. 87, tradução nossa). Já o arquivista tem um olhar mais amplo.

Desde a história da profissão e o seu lugar nela, os arquivistas desenvolvem hábitos de pensar e analisar, juntamente com as atitudes singulares que governam e guiam o seu trabalho. Para o arquivista, os documentos desempenham não só um serviço, mas um grande número de serviços, e alguns não são nem possíveis de se

antecipar. Possibilitar essa variedade de uso possível de fato, encorajando e tornando isso fácil é o objeto do arquivista.

Este é um grande desafio para o arquivista: manter esse olhar no quadro mais geral sem se perder em impressões e oferecer mecanismos confiáveis para o acesso à informação. Segundo Marc Bloch (2002, p. 75), “[...] o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que se transforma e aperfeiçoa incessantemente.”

Na descrição, o arquivista tem a possibilidade, a partir do registro dos diferentes processos e dos diferentes produtos, de oferecer os meios para o conhecimento contínuo desse passado. Contudo, para tal, o arquivista, mais uma vez, deverá deslocar o seu olhar do material arquivístico e buscar escutar o usuário, acompanhar os movimentos de pesquisa e os temas mais recorrentes e analisar o impacto de eventos na sociedade, no comportamento do usuário.

Uma questão que precisa de maior atenção por parte da comunidade de pesquisadores é a discussão a respeito da importância da análise de conteúdo, que sempre ocupou um lugar secundário na arquivologia. Não há dúvida de que o nosso ponto central é a compreensão dos contextos, mas, quando os usuários recorrem à busca por temas em seu processo de pesquisa, devemos considerar que a análise de conteúdo precisa ocupar um lugar mais significativo em nossos estudos.

87

OS DIFERENTES USOS E USUÁRIOS DOS ARQUIVOS

As inovações tecnológicas da computação, redes e comunicação causam grande impacto na sociedade. Negócios são feitos à distância, contratos firmados, atividades acadêmicas; as pessoas convivem no ambiente digital. Esse comportamento social igualmente impactou as rotinas das instituições arquivísticas, que passaram a investir cada vez mais em digitalização, na montagem de bases de dados, na oferta de serviços *on-line* e na busca de maior visibilidade. Quanto maior a visibilidade, maiores as chances de financiamentos e maior o fortalecimento político devido a essa penetração social.

Esse cenário tecnológico revolucionou o comportamento dos usuários e as instituições se deparam cada dia mais com a necessidade de os seus serviços se adaptarem às diferentes demandas. A maior penetração social das instituições proporcionada pelo ambiente digital trouxe para o

conjunto de perfis de usuários dos arquivos outros integrantes até então não tão conhecidos, como produtores culturais e usuários que procuram mecanismos de identificação individual. Além disso, a experiência das pessoas com diferentes aplicativos e ambientes que moldam o seu comportamento traz para os arquivos usuários com uma expectativa de tempo de atendimento menos conformada com prazos longos e de atendimento remoto e que evitam, dessa maneira, a pesquisa presencial nos arquivos.

Uma das maiores mudanças culturais dos últimos anos foi a nossa relação com o tempo. O uso da tecnologia nos fez assimilar um tempo que urge, que não espera. E o mesmo acontece com a pesquisa. Em relação à organização de um arquivo e da produção de conhecimento sobre o mesmo, existe um tempo próprio, que depende de pesquisa em si e que, portanto, é um tempo menos comprometido com a rapidez, pois esta pode impactar negativamente os resultados e gerar insatisfação. Mas esse não é o tempo do usuário contemporâneo. Nesse sentido, é na fase de organização da informação e de *input* que devemos estruturar procedimentos, ferramentas e produtos para que a resposta ao usuário, quando pronta, esteja em conformidade com o tempo que urge, diminuindo sua insatisfação na medida em que oferece resultados mais precisos.

As instituições e serviços de arquivos estão diante do dilema entre o fomento ao acesso e ampliação da demanda e o impacto no custo operacional decorrente. Em nossa avaliação, o aumento da visibilidade dos arquivos encontra eco no próprio movimento tecnológico da sociedade e nas mudanças culturais que ocorrem, abrindo oportunidades novas para que os arquivos ocupem lugares diferentes e assumam ou reforcem suas funções sociais, visto que surgem novos usos para os acervos. Essas mudanças não acontecem isoladamente e não devem ser naturalizadas, pois pressupõem a produção de diferentes objetos e métodos de pesquisa para a compreensão e adaptação à nova realidade.

A discussão do uso dos arquivos e de seus usuários indica a necessidade de estudos mais sistemáticos do perfil do usuário e de suas pesquisas, bem como sobre os mecanismos e tecnologias que são utilizadas para a veiculação dos acervos digitais e dos instrumentos de pesquisa. Já temos alguma produção sobre o tema, mas, se comparamos a nossa agenda de pesquisa com a agenda de pesquisadores nos Estados Unidos e Canadá, por exemplo, ainda temos uma produção tímida.

Os recursos tecnológicos de comunicação e informação oferecem os dispositivos necessários para que as instituições arquivísticas divulguem mais seus acervos, não só por meio de bases de dados descritivas ou pela

oferta de documentos digitalizados, mas também com estratégias educacionais ou focadas na circulação do patrimônio, como exposições virtuais e com o interesse pela preservação e acesso aos documentos das minorias.

Segundo Thomassen (2004, p. 46, tradução nossa),

[Os arquivistas] querem tornar seus arquivos prontos para a consulta para a interpretação livre, eles tentarão fornecer aos usuários respostas prontas, mas ferramentas com as quais poderão formular e resolver os seus problemas sozinhos, ferramentas com as quais poderão contar as suas histórias tendo como base documentos relevantes.

Temos mantido, desde 2006, uma pesquisa sobre o usuário dos arquivos na Fundação Casa de Rui Barbosa. Esse usuário vem mudando os seus hábitos de pesquisa. No início dos estudos, navegava em um ambiente híbrido, sentia falta de instrumentos de pesquisa em papel e apreciava o contato direto com a documentação, mesmo envolvendo o seu deslocamento. Em linhas gerais, hoje, esse usuário prefere o atendimento remoto, o acesso a documentos digitalizados para *download* e aplicativos que excluam a necessidade de auxílio de um profissional da informação.

O encontro dos arquivos com a sociedade proporciona aos arquivos a oportunidade de mudar definitivamente o lugar que historicamente sempre ocuparam e que, de forma simbólica, ajudou a construir, no imaginário das pessoas, a ideia de que o arquivo não é o lugar de todos, que é o lugar da elite, seja dos privilegiados sob o ponto de vista político ou social, dos intelectuais ou dos que estão no poder.

Os arquivos possuem uma transversalidade ímpar, pois todos temos arquivos e eles se conectam dentro de ambientes similares. O processo de ingresso de arquivos nas instituições arquivísticas permite que a transversalidade experimentada no ambiente do produtor migre para o ambiente público. A organização social em redes oferece um ambiente democrático e diversificado de diálogos e relações que pode efetivamente orientar os movimentos de identificação e de pertencimento e, igualmente, explicitar as necessidades de conhecimento sobre o Estado e sobre a sociedade.

CONCLUINDO

Vimos que, apesar de seu caráter desprovido de compromisso com a memória social em sua fase de produção, os arquivos podem oferecer à sociedade novas perspectivas da própria sociedade. Dialeticamente,

para tal, é necessário que sejam “sacralizados” e ingressem no ambiente de uma instituição pública que receberá o encargo de preservá-los e de dar acesso. A partir desse ingresso, passam a ser regidos por uma nova ordem, uma ordem regulada por um grupo maior do que aquele que o produziu.

Exercer a cidadania nesses espaços de memória, e espaço como lugar físico e lugar simbólico, implica o convívio em sociedade, a percepção de comportamentos e de mentalidade, o acompanhamento das mudanças e o compromisso com a preservação e com o acesso.

90 Como lugar, espaço físico e simbólico, poderíamos pensar nesses espaços não só como de preservação e acesso, mas também de educação. Podemos beber de outras fontes e desenvolver mais atividades junto aos estudantes, de maneira que entendam para que serve um arquivo e qual a sua importância. Criar, no imaginário da sociedade, a necessidade dos arquivos para além do valor de prova e da importância para se conhecer a história. As instituições precisam equipar esses espaços com áreas voltadas para receber a sociedade em todas as idades, se comprometer em desmitificar o arquivo: ele não é dos príncipes, dos notários ou dos governantes; é de todos. O arquivo deve permitir que o cidadão se reconheça. E, nessa arquitetura, os arquivos municipais possuem um papel essencial na construção dessa vinculação, pois são a menor célula de representação do Estado em nossa sociedade.

São necessárias mais ações públicas que envolvam projetos culturais e de educação que extrapolem os portões das instituições, fortalecendo os laços com a sociedade civil organizada e fazendo com que a produção dos registros de nossas funções sociais e sua preservação seja objeto de discussão, de análise e de conhecimento.

Como Lowenthal (2006) observou, apesar da grande mudança promovida pela Revolução Francesa, não foi possível ainda que os arquivos se tornassem de todos. No entanto, parece-nos que já estamos revertendo o quadro, seja com a preocupação com os registros não só dos memoráveis, preservando e estudando a memória das minorias e da sociedade civil organizada, pesquisando as formas de organização, estruturação e divulgação dos arquivos, e também o processo de apropriação da tecnologia para uma maior e efetiva aproximação com a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARCHIVES NATIONALES. *Histoire de l'institution*. Paris, [200-]. Disponível em: <<http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr/web/guest/histoire-de-l-institution;jsessionid=7F9A8E420174A088479242E7736D6442>>. Acesso em: 3 nov. 2015.
- ASSMANN, J.; CZAPLICKA, J. Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, [S.l.], n. 65, p. 125-133, 1995. Disponível em: <http://kultura-pamieci.pl/wp-content/pliki/literatura08/assman_collective_memory.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BLOUIN JUNIOR, F. Archives and political culture: documenting the private sphere. In: OLIVEIRA, L. M. V.; VASCONCELLOS, E. *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 105-116.
- BLOUIN JUNIOR, F.; ROSENBERG, W. G. *Processing the past*. New York: Oxford University Press, 2011.
- DIREZIONE GENERALE ARCHIVI. *La nostra storia*. Roma, c2012. Disponível em: <<http://www.archivi.beniculturali.it/index.php/chi-siamo/la-nostra-storia>>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- DURANTI, L. Archives as a place. *Archives and Manuscripts*, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 242-255, 1996.
- DURANTI, L. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do projeto InterPares. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2005.
- ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. *Archivos Estatales: National Archives*, Madrid, [201-]. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00007533523c486877891>>. Acesso em: 5 nov. 2015.
- GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In: ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p. 29-60.
- (THE) INTERPARES 2 Project: Dictionary. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_dictionary.pdf&CFID=7427628&CFTOKEN=70655838>. Acesso em: 2 nov. 2015.
- KETELAAR, E. Archival temples, archival prisons: modes of power and protection. *Archival Science*, Netherlands, v. 2, n. 3/4, p. 221-238, 2002.

LOWENTHAL, D. Archives, Heritage and History. In: BLOUIN JUNIOR, F. X.; ROSENBERG, W. G. (Ed.). *Archives, documentation, and institutions of social memory: essays from the Sawyer Seminar*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006. p. 193-206.

MILLAR, L. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, Ottawa, v. 61, p. 105-126, 2006. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12537/13679>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MULTILINGUAL Archival Terminology. set. 2015. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1210>>. Acesso em: 30 out. 2015.

NATIONAL ARCHIVES HISTORY. Washington. Disponível em: <<https://www.archives.gov/about/history/>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

NATIONAL ARCHIVES OF THE NETHERLANDS. *Organisation*. The Netherlands, [201-]. Disponível em: <<http://en.nationaalarchief.nl/organisation>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

NOUGARET, C. *Les archives privées, éléments du patrimoine national? Des sequestres révolutionnaires aux entrées par voies extraordinaires: un siècle d'hésitations*. [S.l.]: Ministerio per I beni e le attivita culturali, 2006.

OLIVEIRA, L. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

O'TOOLE, J.; COX, R. *Understanding archives & manuscripts*. Chicago: Society of American Archivists, 2006.

SNYDER, L. *National Archives of Canada: National Archives of Canada, formerly the Public Archives of Canada until 1987...* Canadá, 2006. Disponível em: <<http://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/national-archives-of-canada/>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

THOMASSEN, T. Making archives accessible: increasing pluriformity in pursuing illusions. *ARKISTOYHDISTYKSEN Julkaisuja 9*, Helsinki, p. 31-68, 2004.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.